

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, INFÂNCIA, JUVENTUDE E
DIVERSIDADE

INGRID CAROLINE GIFFONI SARAIVA

**NOS CALABOUÇOS DA EXCLUSÃO É QUE A IGREJA VIVE: A ÁGUA VIVA DOS
GRUPOS CRISTÃOS LGBTI+**

BRASÍLIA

2020

INGRID CAROLINE GIFFONI SARAIVA

**NOS CALABOUÇOS DA EXCLUSÃO É QUE A IGREJA VIVE: A ÁGUA VIVA DOS
GRUPOS CRISTÃOS LGBTI+**

Trabalho de conclusão de curso,
Especialização em Políticas Públicas, Infância,
Juventude e Diversidade da Universidade de
Brasília.

Orientadora: Prof.^a Dra. Clarice Aparecida
dos Santos

BRASÍLIA

2020

Dedico este trabalho a *todes amigues* do Diversidade Cristã Brasília e Prisma da Fé, pela empatia, acolhimento e trabalho incansável na missão de serem luz em um mundo tão cheio de trevas. A Cris Serra, que tem sido fonte de inspiração todos os dias. A Camila Uai, Camila Guedes, Paulinha, Fê, Carol, Isabela, Isadora, Fran e Lele, que me fizeram entender o que significa sororidade, e a força de um grupo de mulheres juntas, na pior fase da minha vida. E para a minha Be, que traz luz solar para o meu mundo.

RESUMO

Este trabalho busca compreender como a religiosidade e a integração em ambientes religiosos influenciam a vida social e a manutenção dos direitos sociais e civis no Brasil. Pretende, igualmente, contribuir com pesquisa qualitativa e bibliográfica, acerca dos espaços de resistência e permanência de pessoas LGBTI+ nas comunidades de fé cristã (católicas e evangélicas), entender como funcionam grupos de acolhimento a essas pessoas, com prática da livre manifestação de pensamento, culto religioso e liberdade sexual e de gênero. Nesse sentido, procura explanar como esses ambientes são importantes para a manutenção dos direitos humanos e quais métodos são adotados para integração de igrejas e comunidade LGBTI+. Assim, este trabalho tem como objetivo trazer à tona indagações atuais, o debate sobre as táticas de enfrentamento e incessante busca pelo acolhimento dessa parcela da sociedade em ambientes religiosos, de modo particular, e desvendar o papel governamental e das políticas públicas nesse sistema.

Palavras-chave: Religião. Cristãos. LGBTI+. Políticas públicas.

ABSTRACT

This paper aims to understand how religiosity and integration in religious environments influence social life and the maintenance of social and civil rights in Brazil. It also intends to contribute with qualitative and bibliographic research about the spaces of resistance and permanence of LGBTI+ people in communities of Christian faith (catholic and evangelical), to understand how welcoming groups to these people work, with the practice of free expression of thought and religious worship, as well as sexual and gender freedom. In this regard, it seeks to explain how these environments are important for the maintenance of human rights and which methods are adopted to integrate churches and the LGBTI+ community. Thus, this work aims to bring up current issues such as the debate about the tactics of confrontation and the incessant search for the welcoming of this part of society especially in religious environments and to unveil the governmental role and public policies in this system.

Keywords: Religion. Christian Faith. LGBTI+. Public policy.

SUMÁRIO

1	MARCOS CIVIS E HISTÓRICOS.....	6
2	ONDE ESTÁ A IGREJA DE CRISTO (NÃO APENAS CRISTÃ)?	8
3	A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA PASSA PELAS PORTAS DAS IGREJAS.....	10
4	O ESTADO LAICO EM XEQUE	12
5	QUEM SÃO, AFINAL, OS GRUPOS CRISTÃOS LGBTI+?	15
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
	REFERÊNCIAS	17

1 MARCOS CIVIS E HISTÓRICOS

Respondeu, então, Pedro: Pode alguém, porventura, recusar a água para que não sejam batizados estes, que também receberam, como nós, o Espírito Santo?

(At 10:47)

Em 2018, os líderes da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) participavam do Sínodo Geral da Igreja, em Brasília¹. Com a missão de “ser luz e sal no mundo”, a igreja se preparava para realizar importante votação, que vinha pela terceira vez para debate entre os religiosos participantes do Sínodo Geral: o direito de casais do mesmo sexo a realizarem o matrimônio religioso.

Após consideração da agenda, a decisão positiva ganhou por ampla maioria - 57 votos a favor, 3 contra e 2 abstenções. Em abril de 2019, a IEAB celebrou, efetivamente, o primeiro casamento homoafetivo da igreja, após a aprovação no sínodo realizado no ano anterior. A votação histórica, apesar de revolucionária, não surpreendeu. Desde 1997 o assunto era discutido na Igreja Anglicana, tradicionalmente considerada mais aberta e menos conservadora que a Igreja Católica Romana. O assunto faz parte das conversas entre religiosos e leigos, participantes das comunidades de fé cristã, há muito tempo, ainda cercado de tabus e contando com muita resistência das alas mais conservadoras.

Ao mesmo tempo em que o aspecto religioso dava os primeiros passos com a permissão da celebração do casamento homoafetivo, os direitos civis também evoluíram consideravelmente no Brasil, no ano de 2018, após muita luta dos grupos militantes pelos direitos LGBTI+. Ainda em 2011, o Supremo Tribunal Federal votou a favor de equiparar os direitos civis da união estável, até então reconhecido apenas como aquele realizado entre um homem e uma mulher, às uniões homoafetivas.

¹ Disponível em: <http://www.dab.org.br/project/confelider-e-sinodo-da-igreja-episcopal-anglicana-aconteceu-em-brasilia/> Acesso em 3 nov. 2019.

Segundo pesquisa do Grupo Gay da Bahia, o Brasil terminava o ano de 2011 com dados alarmantes: 266 casos confirmados de homicídios, que tinham como motivação a discriminação contra a orientação sexual ou de gênero das vítimas².

Dignidade, reconhecimento, alcance de benefícios como seguros vida, saúde, nomes sociais, direito à constituição de uma família são algumas das principais pautas da luta pelos direitos civis empreendida pelos grupos LGBTI+. Desde a decisão do STF e, apesar da união entre pessoas do mesmo sexo ser uma realidade fática, no Brasil ainda há uma sociedade historicamente machista, heteronormativa e homofóbica, que não reconhece nessas uniões uma possibilidade de constituição familiar.

Por esse motivo, o julgamento em conjunto da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277 (ADI nº 4277-DF)³ e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132 (ADPF nº 132-RJ), são tidos como marcos históricos, em se tratando dos direitos LGBTI+ no Brasil. Segundo o ministro Ayres Britto, relator da ADI nº 4277-DF:

Ainda nesse ponto de partida da análise meritória da questão, calha anotar que o termo “homoafetividade”, aqui utilizado para identificar o vínculo de afeto e solidariedade entre os pares ou parceiros do mesmo sexo, não constava dos dicionários da língua portuguesa. O vocábulo foi cunhado pela vez primeira na obra “União homossexual, o preconceito e a justiça”, da autoria da desembargadora aposentada e jurista Maria Berenice Dias, consoante a seguinte passagem: “Há palavras que carregam o estigma do preconceito. Assim, o afeto a pessoa do mesmo sexo chamava-se 'homossexualismo'. Reconhecida a inconveniência do sufixo 'ismo', que está ligado à doença, passou-se a falar em 'homossexualidade', que sinaliza um determinado jeito de ser. Tal mudança, no entanto, não foi suficiente para pôr fim ao repúdio social ao amor entre iguais (Homoafetividade: um novo substantivo).

Além das barreiras jurídicas que os LGBTI+ enfrentam para conseguir seus direitos civis, há outra que, para muitos, é tão preponderante quanto o próprio reconhecimento de suas existências como pessoas dotadas de direitos: a inserção e a liberdade sexual e de gênero em espaços religiosos.

² Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,cresce-o-numero-de-assassinatos-de-homossexuais-em-2012,982836>.

³ Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>.

2 ONDE ESTÁ A IGREJA DE CRISTO (NÃO APENAS CRISTÃ)?

cris•tão⁴

adj

- 1** Que declara sua fé em Cristo.
- 2** Que frequenta qualquer igreja seguidora do cristianismo.
- 3** Que age de acordo com os princípios do cristianismo.
- 4** Que foi influenciado pelo cristianismo.

O termo “cristão”, de acordo com a maioria dos dicionários, é entendido como aquela pessoa que frequenta uma igreja de doutrinação cristã, ou que crê em Cristo. Assim, tecnicamente, são aquelas pessoas que seguem os ensinamentos de Jesus Cristo e suas práticas. Ou é isso que deveria acontecer. Entretanto, a realidade é muito diferente.

Cada vez mais há uma hegemonia conservadora, onde a hermenêutica praticada é a da teologia excludente, segregacionista e pecaminosa. Tudo o que não faz parte dessa ideia está errado.

E, não raro, vemos essa teologia da exclusão sendo praticada contra pessoas LGBTI+ que frequentam espaços cristãos, tendo que abdicar de suas próprias identidades, ou sendo colocadas numa situação de marginalização, às vezes criando guetos, para ter algum acesso à prática religiosa. Estar à margem nada mais é do que ser posta para fora dos limites do que é considerado padrão. Logo, enclausura, aprisiona e não permite uma exposição de novas ideias.

A discriminação de pessoas em razão de suas identidades, seja pela dicotomia homem/mulher, seja pela identificação de gênero masculino/feminino ou orientação sexual (heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual e etc.), ou qualquer outra designação, é terminantemente proibida e não pode ser fator para diferenciação jurídica, conforme inciso IV do art. 3º da Constituição Federal. A Carta Magna também garantiu o livre acesso de todos a uma religião, culto ou manifestação litúrgica. No entanto, em

⁴ Conforme Dicionários Michaelis On-line. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/crist%C3%A3o/>. Acesso em 25 Jul.2020

razão dos preconceitos socioculturais vários dispositivos precisaram ser criados para assegurar que esse direito fundamental fosse respeitado. Ainda, é assegurado no inciso VI do art. 5º da Constituição Federal de 1988:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; [...]

Embora no âmbito jurídico esse direito seja assegurado pela Constituição, as crescentes ondas de ataques das alas religiosas ultraconservadoras, principalmente de igrejas cristãs (católicas e evangélicas), têm dificultado substancialmente a permanência de pessoas LGBTI+ nesses espaços. E quando se fala em permanência, é necessária a compreensão de que LGBTI+ nos espaços religiosos cristãos não é uma questão de inclusão, como ressaltou o jornalista e coordenador do grupo LGBTI+, de identidade católica romana, Diversidade Cristã Brasília, Bruno Feittosa, em sua intervenção no V Retiro Anual do Diversidade Cristã Brasília⁵:

Nós não precisamos ser incluídos! Nós já existimos! Servimos para trabalhar no bazar, limpar a igreja, para buscar e trazer pessoas para encontros, mas não nos deixam falar. Nos negam a todo instante o direito à voz.⁶

Assim, cada vez mais se nota a marginalização dessas pessoas. Para que haja entendimento dos impactos socioculturais e transformações ocorridas a partir de lutas históricas para assegurar direitos básicos dos LGBTI+ na inserção, permanência e táticas de enfrentamento ao conservadorismo (para manutenção de seu direito à livre manifestação de religiosidade) e conscientização da sociedade como um todo, é necessário entender que as igrejas sempre tiveram um papel fundamental na construção da **moral civil**. Mas, muitas vezes, não representam os ensinamentos de Jesus Cristo.

Existe a apropriação do termo “cristão” por parte de seus adeptos, mas em muitos casos, as posturas e teologias adotadas são tudo, menos seguimento do que foi ensinado por seu fundador. Assim, fica o questionamento: as igrejas cristãs ainda representam a filosofia de Jesus Cristo?

⁵ Intervenção testemunhada pela autora do texto durante o evento em que esteve presente.

3 A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA PASSA PELAS PORTAS DAS IGREJAS

Na atual conjuntura política do Brasil, tratar da garantia dos direitos dos cidadãos LGBTI+ é de suma importância para o fortalecimento de uma sociedade realmente democrática e justa. É urgente trazer para a sociedade a discussão sobre a abertura de espaços dentro das comunidades de fé para que possam, livremente, manifestar sua religiosidade e pertencer a um grupo que se identifique.

No momento em que até mesmo parlamentares defensores da agenda assumem posições mais recatadas, a fim de não sofrerem golpes duros, como a perda de direitos já conquistados, é fundamental que a sociedade civil e a academia tirem o assunto de trás do véu da clandestinidade e levem para as mesas de debates.

É bem verdade que as relações com os aspectos religiosos são fundamentais quando se trata de salvaguardar a integridade física, mental e emocional do ser humano. Dessa forma, impedir que um sujeito tenha acesso a esses espaços é uma violência contra esse corpo, uma negação do gozo de sua fé, componente de implementação que responde principalmente à criatura biológica-psicológica-espiritual racional, considerando que as religiões têm importante papel de integração social. Por esse motivo, precisa ser agenda fixa das políticas públicas: garantir a liberdade de pensamento e identidade de todos, ao professar sua fé.

É direito de grupos, tidos como minoritários, terem acesso à voz para disputar equiparação, mas é obrigação de toda a sociedade civil ouvir aqueles que clamam por liberdade e igualdade. É necessário ter pressa em corrigir essa disparidade secular, na interpretação de livros sagrados, voltadas para uma revisão doutrinária e, com isso, ter iniciativas que propiciem a abertura de canais de comunicação para o pleno acolhimento de todos, em qualquer ambiente.

Dar visibilidade a grupos LGBTI+ cristãos, que realizam relevantes serviços em espaços religiosos e são atores nas atividades das comunidades de fé é uma necessidade urgente. Essa pretensão, porém, encontra seu maior entrave no fundamentalismo religioso, amplamente difundido atualmente, que é responsável por dificultar a

possibilidade de um diálogo aberto e acolhedor, que traga novas formas de pensar e viver, dentro e fora do contexto religioso.

Embora a Constituição Federal de 1988 não faça diferenciação entre a família com formação entre homem e mulher e aquela existente em outros tipos de formação (como pais solteiros, casais homoafetivos e afins) em seus objetivos fundamentais, o reconhecimento das relações homoafetivas por parte da sociedade ainda é culturalmente negligenciado. Esse contexto fica ainda mais explicitado quando falamos da inserção dos LGBTI+ em ambientes religiosos. Não há direito à interação. Ao contrário, comumente pessoas que estão nesses ambientes e se assumem homossexuais são levadas a uma situação de exclusão, vexame e negação de convivência em comunidade. Acabam por viver à margem, como se em periferias.

O Papa Francisco, não apenas como líder da Igreja Católica, mas também como chefe de Estado, vem tratando com bastante frequência o tema das “periferias sociais”, entre elas, implicitamente o tema LGBTI+. Indagado por um grupo de jovens que acompanhava sua visita a uma periferia em Buenos Aires, disse:

Quando falo de periferias, falo de limites. Normalmente nos movemos em espaços que de alguma maneira controlamos. esse é o centro. Mas, à medida que saímos do centro, vamos descobrindo mais coisas. E, quando olhamos para o centro [...] desde nossas novas posições, desde essa periferia, vemos que a realidade desde a periferia é outra. [...] Vê-se melhor a realidade desde a periferia que desde o centro. O mesmo vale para a realidade de cada um, das periferias existenciais e, até, da realidade do pensamento. Você pode ter um pensamento muito organizado, mas, ao se confrontar com alguém que está fora dessa maneira de pensar, de alguma maneira terá de questionar por que você pensa assim, [...] e vai se enriquecer a partir da periferia do pensamento do outro. (METALLI, 2015, tradução nossa)

Pesquisar sobre os movimentos dessas pessoas dentro de grupos organizados a partir de uma fé singular, trazendo fortalecimento desse movimento desde a periferia até o centro, trazendo o conhecimento de suas táticas de enfrentamento e diálogos, é dar uma chance de perpetuar uma convivência harmoniosa entre as diferentes formas de viver a religiosidade.

4 O ESTADO LAICO EM XEQUE

Se toda política pública nasce de uma agenda social, a integração de vários parâmetros é imprescindível para que haja, de fato, transformação na estrutura de uma sociedade. De acordo com Kingdon (2003), um dos autores responsáveis pela teoria da formulação de políticas públicas, para a criação de uma política pública, é preciso uma *janela de oportunidades*, que é composta por três fluxos: a identificação de uma condição como problema social, o momento político e a proposta de solução apresentada para o problema. Da junção desses três fluxos, a janela de oportunidades aparece e uma política pública é criada.

Ao que parece, no Brasil do ano de 2020, embora legislativamente o Estado continue sendo laico, seus gestores não o são. Em discurso durante um culto evangélico na Câmara dos Deputados, em 10/07/2019, o presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou:

muitos tentam nos deixar de lado dizendo que o Estado é laico. O Estado é laico, mas nós somos cristãos. Ou para plagiar a minha querida Damarens [Alves, ministra]: **Nós somos terrivelmente cristãos**. E esse espírito deve estar presente em todos os poderes [...] poderei indicar dois ministros para o Supremo Tribunal Federal [STF]. **Um deles será terrivelmente evangélico**. (Online⁷, grifo nosso)

A fala do presidente da República ilustra bastante o contexto político atual. Embora a exclusão de LGBTI+ das grandes decisões tomadas pelo governo seja patente, tornando o momento político nada favorável para a formulação de políticas públicas para essa população, a questão há muito tempo é tratada como um problema social. Há algum tempo, o ultraconservadorismo atingiu as altas camadas do Executivo e, pelo tom utilizado pelo Presidente, o que seria um alívio para aqueles que professam uma fé cristã, isso mais pode ser entendido com uma ameaça.

Religião e política andam juntas desde os primórdios. Vê-se a influência de grandes líderes religiosos ao longo de toda a história. Por esse motivo, não há como eximir o Estado de suas obrigações quando o assunto é influência na sociedade religiosa. Ressalte-se, entretanto, que não é defendida a intervenção estatal em instituições religiosas, mas a criação de políticas de enfrentamento ao preconceito e à desinformação na sociedade.

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghml>. Acesso em: 15 jul. 2020.

Em *Society and the Healthy Homosexual* (A Sociedade e o Homossexual Saudável, ano), Weinberg introduz o conceito de *homofobia*, e sua definição é: “o pavor de estar próximo a homossexuais – e no caso dos próprios homossexuais, autoaversão” (Weinberg, 1972). Exclusão é um dos fatores que podem gerar aversão. Não se encaixar, não ser aceito no seu meio social. Nesse sentido, Junqueira (2007) define justamente a influência do discurso patológico no conceito de homofobia atualmente:

O termo costuma ser empregado quase que exclusivamente em referência a conjuntos de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a pessoas homossexuais ou assim identificadas. Essas emoções, em alguns casos, seriam a tradução do receio (inconsciente e “doentio”) de a própria pessoa homofóbica ser homossexual (ou de que os outros pensem que ela seja). (JUNQUEIRA, 2007, p. 4)

O Estado não é diretamente responsável por essa aversão dirigida a muitos cidadãos, mas é inegável a nocividade da ligação política com líderes religiosos, a fim de conquistar para si a força eleitoral que estes têm. Esses são representantes de parcelas importantes da sociedade. Aqui destacamos o papel fundamental desempenhado pelas lideranças evangélicas, que organizam suas redes de relações para atuar ativamente nas eleições, não só indicando candidaturas, mas participando do jogo de alianças e das campanhas eleitorais de modo explícito. O pertencimento a uma das igrejas e/ou o apoio de lideranças evangélicas, muitas vezes, contribui decisivamente para o êxito de um candidato.

Então, mesmo que governo e Estado não sejam sinônimos, não há como serem separados. Assim como, não há como dissolver o papel fundamental da religião nas decisões estatais, amplamente congregadas com os interesses políticos. Como não lembrar do emblemático “kit gay”, que foi tão utilizado pela “Bancada da Bíblia”, como ficou conhecida a parcela de candidatos que faziam uso do bordão “pela família, pela moral e por Deus”, para justificar todas suas promessas de campanha? Na campanha presidencial de 2018, o candidato Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores) foi duramente criticado e teve seu nome envolvido em diversas *fake news*, principalmente nas que aludiam ao *Programa Brasil sem Homofobia*, criado em 2004, um ano antes do candidato ser ministro da Educação (2005 a 2012), nos governos Lula e Dilma. Sendo ou não responsável pelo programa, a candidatura de Haddad foi comprometida por ter seu nome vinculado ao dito “kit gay”.

Outro ponto importante a destacar é que a questão da homofobia afeta a vida da pessoa homossexual ou com identidade de gênero não-cisgênera em diversos aspectos, especialmente a saúde (física e mental). Um estudo feito pelo *The Trevor Project*⁸, maior organização do mundo relacionada à prevenção de suicídio na população LGBT, mostrou que, para um jovem LGBT, a existência de um adulto próximo que o aceitasse e o acolhesse diminuiria em 40% a chance de uma tentativa de suicídio. A pesquisa mostrou ainda a alta probabilidade de adquirir comportamento de riscos, tais como consumo de substâncias tóxicas, desprezo pela vida (como relações sexuais com múltiplos parceiros sem proteção), entre outras atitudes que comumente são associadas a doenças psicológicas. Tais comportamentos de risco podem resultar de uma infinidade de questões associadas ao estresse minoritário (HAMILTON e MAHALIK, 2009; MEYER, SCHWARTZ e FROST, 2008); determinantes em nível individual (CROCKER, MAJOR e STEELE, 1998; JEROME, HALKITIS e SICONOLFI, 2009) de comportamento e; causação social associada à homofobia, estigma e outros fatores (LINK e PHELAN, 2006).

A teoria do *minority stress*⁹ propõe que estresses sofridos de forma crônica por minorias, em decorrência de uma vida inteira de não-aceitação, rejeição, discriminação e violência contribuem para que essa população tenha risco aumentado em sua saúde física e mental em relação ao restante das pessoas. Salientamos aqui a relação direta que a vivência religiosa pode ter sobre a vida de um indivíduo, tanto positiva quanto negativamente. Dito isto, fica claro que se trata também de uma questão de saúde pública, totalmente inserida na agenda governamental.

No Brasil, o que se nota é um governo que não só não cria políticas públicas visando o bem-estar e a segurança da comunidade LGBTI+, como também demonstra extremo desprezo, reproduzindo um discurso violento e normatizador. “Meus filhos não correm o risco de virar gay, porque foram muito bem-educados” e “Eu seria incapaz de amar um filho homossexual” são frases ditas pelo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, em entrevistas. Que efeito têm essas palavras vindas de um presidente sobre a população? Como são recebidas por alguém que já se sente deslocado e com medo?

⁸ Disponível em: <https://www.thetrevorproject.org>. Acesso em: 20 jun. 2020.

⁹ Disponível em: <https://www.apa.org/pi/aids/resources/exchange/2012/04/minority-stress>. Acesso em: 20 jun. 2020.

5 QUEM SÃO, AFINAL, OS GRUPOS CRISTÃOS LGBTI+?

Para falar efetivamente sobre os grupos LGBTI+ cristãos, é importante salientar as diferenças entre evangélicos e católicos. Não as questões que envolvem o culto dos santos, a liturgia e livros da Bíblia usados nos grupos de estudos, mas ressaltar que há grandes debates e diferenças internas em ambos os grupos religiosos. Desde o destaque midiático causado por injeções de verbas exorbitantes até controvérsias sobre a questão do aborto e da defesa dos direitos de homossexuais.

Diante do exposto, é momento de falar sobre esses grupos e atores vinculados, de diferentes denominações evangélicas e católicas, que se posicionam em comum acordo com a pauta de organizações não governamentais e de movimentos sociais ditos de “vanguarda” ou “progressistas”, em defesa dos direitos humanos e da cidadania. São cristãos que assumem posições de lideranças em conselhos, fóruns e organizações, tais como Rede Nacional de Grupos LGBT, Diversidade Católica, Evangelicxs, Diversidade Cristã Brasília e Prisma da Fé, entre outros.

Todos os grupos citados, apesar de professarem diferentes religiões, têm em seu cerne o cristianismo e a luta pelo acolhimento de pessoas LGBTI+ nesses ambientes. Alguns, como o Prisma da Fé (ecumênico) e o Diversidade Cristã Brasília (cristão católico romano), atuam presencialmente, com reuniões semanais ou mensais, em espaços cedidos por instituições que os apoiam (o Prisma da Fé tem reuniões às quintas-feiras, na Igreja Anglicana de Brasília e o Diversidade Cristã Brasília se reúne mensalmente no Centro Cultural Brasília, sede da Companhia de Jesus na capital federal).

Sobre as ações desenvolvidas por esses grupos, realiza-se a segunda parte deste trabalho, de forma audiovisual, publicado originalmente no canal “Be Moraes”, da plataforma digital *Youtube* (<https://www.youtube.com/watch?v=C8Zz23KeM0c&t=284s>), em 26 de janeiro de 2020. O mini documentário foi gravado nas cidades de São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro e Brasília, em parceria com Beatriz Moraes e Pollyanna Sousa, estudantes de jornalismo da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação, que fizeram estudo na área. Recomendo ao/à leitor/a do presente trabalho, que assista no canal indicado, uma vez que faz parte do presente trabalho.

Para sua realização, foram entrevistados participantes e coordenadores de diferentes grupos, com o intuito de entender qual o motivo que os levaram até aquele lugar e quais as transformações sociais, religiosas e civis podem proporcionar.

Participaram das entrevistas: Ian e Vitória, aposentados, casal transexual, integrantes do Prisma da Fé. Cris Serra, psicóloga, pessoa não-binária, coordenadora da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT. Marina Monteiro, arquiteta, mulher cis lésbica, coordenadora do Diversidade Cristã Brasília e Márcia Kamada, professora universitária, mãe de LGBTI+, integrante do Diversidade Católica Campinas.

As gravações *in loco*, roteiro e pesquisa foram realizadas por Beatriz Moraes e Ingrid Giffoni. Edição de imagens, por Beatriz Moraes e Pollyanna Sousa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo o ser humano dotado de particularidades e, a partir da soma de todas estas, constituída uma sociedade, entende-se, após a realização da presente pesquisa, que não há como dissociar os direitos civis dos aspectos que compõem a dignidade humana.

Esses, inclusive, precisam levar em consideração todos as pautas que fazem valer as individualidades do ser humano. No objeto de estudo deste trabalho, a religiosidade, liberdade de gênero e sexualidade andam lado a lado.

O Brasil, membro das Nações Unidas desde sua criação, em 1945, é signatário de boa parte dos instrumentos e compromissos assumidos por diversos países ao redor do mundo, desde os mais gerais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, até os mais específicos. Assim, entende-se que apenas com ações afirmativas, envolvendo o Estado e sociedade civil, será possível, de fato, a adoção de mecanismos institucionais para a promoção da igualdade de gênero e liberdade de orientação sexual, nas mais diferentes esferas da administração pública e sociedade.

Tanto a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD), como a Declaração e o Plano de Ação de Durban (documentos resultantes da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e formas de Intolerância Correlatas, de 2001), instam os Estados signatários a adotar essas medidas especiais, para contribuir com o exercício pleno dos direitos humanos e das liberdades fundamentais em igualdade de condições (Organização das Nações Unidas, 2016).

Sendo as igrejas feitas por indivíduos, estes que formam a sociedade, cabe ao estado educar e trabalhar, incansavelmente, a promoção de ações que visem inibir manifestações homofóbicas, dentro e fora dos templos. A violência desses corpos que

além de cristãos, também se veem incluídos na sigla LGBTI+, pode e deve ser evitada. Cabendo ao Estado, inclusive, a defesa e criação de políticas que propiciem à sociedade maior entendimento no que tange às questões da sexualidade humana.

REFERÊNCIAS

BRANQUINHO, Bruno. **Jovens LGBT pensam três vezes mais em suicídio que cis heterossexuais e têm cinco vezes mais chances de colocar a ideia em prática.**

Revista Carta Capital, Brasil, 26 ago. 2019. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/blogs/suicidio-da-populacao-lgbt-precisamos-falar-e-escutar/>. Acesso em: 19 mai. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)** Brasília, DF:

Senado Federal, 1988. Disponível em:

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.a.sp. Acesso em: 16 abr. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta Inconstitucional nº 4277/DF –**

Distrito Federal. Relator: Ministro Ayres Brito, Data de Julgamento: 05/05/2011, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-198 DIVULG 13-10-2011 PUBLIC 14-10-2011 EMENT VOL-02607-03 PP-00341. Disponível em:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>. Acesso em: 16 abr. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito**

Fundamental nº 132/RJ. Relator: Ministro AYRES BRITTO, Data de Julgamento: 05/05/2011, Tribunal Pleno,

<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>.

Disponível em: Acesso em: 16 abr. 2019

CALGARO, Fernanda; MAZUI, Guilherme. **Bolsonaro diz que vai indicar ministro ‘terrivelmente evangélico’ para STF.** G1, Brasília, 10 jul. 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml>. Acesso em: 27 mai. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia:**

Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 27 mai. 2020.

COSTA, Angelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano. **O casamento “homoafetivo” e a política da sexualidade: implicações do afeto como justificativa das uniões de pessoas do mesmo sexo.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 137-150, jan./abr. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: Paz & Terra, 2017.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, Jun. 2000.

JURKEWICZ, Regina Soares (Org.). **Teologias fora do armário**. Teologia, gênero e diversidade sexual. Jundiaí: Editora Max (Católicas pelo Direito de Decidir), 2019. v. 1.

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives and public policies**. 3. ed. Nova York: Harper Collins, 2003.

NAÇÕES UNIDAS. **Políticas públicas afirmativas são fundamentais para a redução da desigualdade racial, diz sistema ONU**. Nações Unidas, Brasil, 25 abr. 2012. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/politicas-publicas-afirmativas-sao-fundamentais-para-a-reducao-da-desigualdade-racial-diz-sistema-onu/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

RESENDE, Livia da Silva. **Homofobia e violência contra população lgbt no brasil: uma revisão narrativa**. 37 f. Monografia (Bacharelado em Saúde Coletiva) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/16212/1/2016_LiviaDaSilvaRezende_tcc.pdf. Acesso em: 27 mai. 2020.

SERRA, Cris. **Viemos para comungar: os grupos católicos LGBT brasileiros e suas estratégias de permanência na igreja**. 1. ed. Atual. Rio de Janeiro: Metanoia, 2019. v. 1.

TREVISAN, Jose Silvério. **Devassos no paraíso**. São Paulo: Objetiva, 2018.

THE TREVOR PROJECT. **Talking about suicide & LGBT populations**. ISSUU, [s.l.], 24 out. 2011. Disponível em: https://issuu.com/trevorproject/docs/talking_about_suicide_and_lgbt_populations. Acesso em: 27 mai. 2020.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.